

No atual cenário de pandemia, que tantos desafios tem trazido à área da educação e, conseqüentemente, da pesquisa, é uma grande satisfação caminhar, sem interrupções, rumo aos 27 anos de publicação dos *Cadernos da Escola do Legislativo*, um dos projetos mais longevos de nossa instituição.

É igualmente um prazer abrirmos a 38ª edição de nosso periódico apresentando aos leitores três trabalhos oriundos do “Programa de Pesquisa em Controle Governamental, Combate e Prevenção da Corrupção”, promovido pela Escola do Legislativo da ALMG (ELE/ALMG), em parceria com a Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (CGU/MG) e com a Escola da Advocacia-Geral da União em Minas Gerais (EAGU/MG).

Organizado em torno de duas linhas de pesquisa, “Controle institucional: controle interno, controle externo e combate à corrupção” e “Democracia, participação e controle social”, esse programa tem o importante escopo de fomentar estudos sobre a formulação, a implementação, a avaliação e as possibilidades de aperfeiçoamento das políticas públicas, propiciando a disseminação de tais conhecimentos e fortalecendo a interlocução entre a academia e a administração pública. Os artigos selecionados para publicação nesta edição abordam, em específico, o tema da gestão dos recursos públicos pelos municípios, sob três diferentes perspectivas.

O primeiro deles é de **Danilo Okuma**, mestre pelo CEFET-MG e especialista em Gestão Pública pela FJP. O autor apresenta e analisa o Projeto Aluno Auditor, desenvolvido pela Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte, juntamente à Secretaria Municipal de Educação. O projeto em discussão tem como público-alvo estudantes da rede municipal de ensino. Seu principal objetivo é promover a

democratização do espaço escolar e a preparação de alunos da educação básica para o exercício da cidadania e para o envolvimento em práticas de gestão participativa, por meio da atuação em ações de auditoria em ambientes escolares.

Com o suporte de ferramentas tecnológicas, essas atividades de auditoria envolvem a detecção de problemas e a proposição de possíveis mecanismos de resolução, visando à melhoria da prestação desse serviço público essencial – a educação – e a um melhor emprego das receitas destinadas a tal fim. A análise gira em torno, portanto, de um debate de grande relevância na literatura científica, pois tem como objeto o papel transformador da escola e sua centralidade na formação de atores sociais aptos a compreenderem e a se engajarem em processos de planejamento e de monitoração dos atos do governo.

O segundo artigo é de autoria de **Fábio Luís Guimarães**, mestre em Direito pela PUC Minas e professor na Faculdade de Direito da FASEH. Ele apresenta um denso estudo teórico sobre a questão da proibidade das ações do poder público municipal no uso dos recursos financeiros. Tomando como base as discussões sobre o *compliance*, entendido como um conjunto de medidas e estratégias organizadas em “programas de integridade” voltados a regular as condutas dos agentes públicos, o autor analisa o ambiente organizacional dos municípios e sua capacidade de desenvolver meios eficazes de prevenção e de combate à corrupção. Ele destaca diversos desafios trazidos pela transposição dessa ferramenta, oriunda da iniciativa privativa, para o setor público. Também aponta para a existência, em nível local, de disparidades no acesso aos recursos e de distintas formas de organização da administração fazendária, além de resquícios de pressupostos e práticas do modelo patrimonialista, o que dificultaria o controle interno e externo e poderia dar espaço a condutas irregulares e atos ilícitos.

A necessidade de novas práticas de gerenciamento dos fatores de risco à proibidade é inequívoca, mas não há um padrão para a implementação de programas de integridade em diferentes realidades municipais. A teoria do isomorfismo institucional, de DiMaggio e Powell, e suas três tipologias (coercitiva, mimética e normativa) são propostas pelo autor como uma abordagem propícia para se pensarem formas concretas de se promover o *compliance* nos municípios.

Fechando a seção de artigos, trazemos uma pesquisa exploratória, desenvolvida por **Gisela Palmieri Torquato**, especialista em Gestão de Projetos pela FGV e coordenadora do Processo Legislativo na CMBH, em coautoria com a orientadora **Fabiana de Menezes Soares**, doutora em Direito pela UFMG e docente na mesma instituição. As autoras investigam a transparência ativa de municípios de Minas Gerais, no tocante à utilização das TIC'S para a divulgação de informações sobre o ciclo orçamentário, conforme determinado pela Lei de Acesso à Informação. No estudo, foram analisados os portais do Executivo e do Legislativo das cidades mais e menos populosas de cada uma das 12 mesorregiões mineiras.

Para que o controle social e a participação popular na avaliação da gestão das contas públicas seja possível e efetiva, o artigo destaca, por um lado, a necessidade da inclusão digital, e, por outro, a importância de uma comunicação pública transparente, com linguagem acessível e clara na apresentação de dados e de informações, e aberta à interação com os cidadãos, por meio, por exemplo, das mídias sociais. Por fim, acena para possibilidades de aprimoramento dos recursos tecnológicos e do próprio texto da lei, para o cumprimento da transparência ativa pelo poder público.

Em seguida, na seção de resenhas, iniciamos com a obra “Estudos em Legística”, organizada por Fabiana Soares, Cristiane Kaitel e Esther Prete, e apresentada nesta edição por **Marcus Peixoto**, doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ e Consultor Legislativo no Senado. O livro é fruto de pesquisas desenvolvidas no “Observatório para Qualidade da Lei”, da Faculdade de Direito da UFMG, as quais têm como foco a Legisprudência, ramo de conhecimento relativamente novo no campo do Direito. Está dividido em nove capítulos, todos eles voltados a temas afeitos à produção legislativa, com especial atenção para os processos de concepção e de elaboração dos atos normativos e para sua aplicabilidade e seus impactos socioeconômicos.

Em grandes linhas, os temas abordados são: a inflação legislativa e a hiper-regulação das relações sociais e do Estado; as contribuições do jusfilósofo Wintgens para a elaboração de uma Teoria da Legislação; os princípios da Legística e a racionalidade no processo decisório e no ato de legislar; a Análise de Impacto Regulatório; o poder de

decreto e o uso excessivo de medidas provisórias; os marcos legais do setor de Ciência, Tecnologia e Inovação; boas práticas em legística na França e na Suíça; ferramentas tecnológicas de monitoração do cumprimento do ordenamento jurídico (*Regtechs*); e a incorporação do dissenso no processo legislativo e na atividade parlamentar.

A segunda resenha é da obra “Os índios na Constituição”, organizada por Camila Dias e Artionka Capiberibe e preparada para esta edição por **Paula Gabriela Mendes Lima**, doutora em Ética e Filosofia Política pela UFMG e consultora jurídica da ALMG. A complexidade e os desafios na elaboração de leis eficazes, apontados na resenha anterior, ficam evidentes quando voltamos nossos olhares para casos concretos, como mostra este livro. Nele, são resgatados debates havidos no fórum “30 anos da Constituição e o capítulo ‘Dos índios’ na atual conjuntura”, promovido pela Unicamp, e trazidas memórias, imagens, reflexões e depoimentos de pesquisadores e de alguns dos protagonistas na luta pelos direitos indígenas em nosso País.

A obra indica, por um lado, que o reconhecimento no texto constitucional da legitimidade das diferentes organizações sociais e tradições culturais dos povos indígenas e do direito coletivo às terras originárias representou uma importante conquista, resultante da participação social no processo legislativo. Por outro lado, porém, alerta para dificuldades que persistem na prática (dada a ausência de mudanças nas instituições e de mecanismos de tutela dos direitos conquistados), as quais são agravadas pelos conflitos de interesse e pela resistência de grupos de grande influência econômica, como mineradoras e hidrelétricas. O cenário, de fato, é de disputas jurídicas e políticas, que tornam constante a luta pelos direitos dos índios e que demonstram a importância da elaboração de políticas públicas voltadas para essa população e da expansão de práticas democráticas em nossa sociedade.

Reafirmando nosso propósito de mantermos vivo, mesmo em tempos de incertezas, este espaço de divulgação científica e de debate sobre as políticas públicas e temas afins, desejamos a todos uma excelente leitura e convidamos-lhes a compartilhar suas reflexões!